

Relatório da Administração

A Administração da Companhia submete aos Senhores Acionistas e a terceiros interessados, à apreciação do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Relacionamento com Auditores: Atendendo a IN CVM 381/03, informamos que nossos auditores independentes não prestaram outros trabalhos senão o de auditoria das demonstrações contábeis.

Conjuntura Econômica: A Administração da Companhia continuou em 2009 o plano de gestão administrativo introduzido em 2008, com estratégias de mercado bem definida, captação de recursos e alongamento de seu passivo. Como foco principal, buscou alongar seus compromissos financeiros de curto prazo, para que, com a recuperação do resultado da atividade, propicie um processo de mudança do perfil de endividamento, procurando reduzir seu elevado custo financeiro que afeta sobremaneira o resultado econômico da Companhia. Um processo de alongamento do passivo foi a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

Desempenho Econômico e Financeiro - Produção e Vendas: Nossa projeção de crescimento para o ano de 2009 não foi alcançada, devido principalmente ao reflexo da crise econômica de 2008 nos primeiros meses, a forte restrição de crédito, além do atraso no recebimento e montagem de novos teares. Buscamos no mercado alternativas para suprir nossa necessidade de capital, conseguindo somente parte. O faturamento se concentrou no mercado interno, com destaque ao segmento infantil. Nossa linha de produtos é composta de tecidos planos variados, com incremento de produtos com acabamentos diferenciados, agregando valor ao produto final, e no processo são utilizados fibras naturais e sintéticas resultantes de pesquisas junto a nossos fornecedores em busca de novas alternativas de materiais que possam aprimorar a qualidade de nossos produtos. As vendas no mercado interno abrangem todas as regiões. A evolução de nossas coleções fez surgir um mix de produtos de alto valor agregado capaz de atender diferentes necessidades dos consumidores para qualquer faixa etária.

Resultado do Exercício: A receita operacional líquida foi de R\$ 45.418 mil, igualando ao ano anterior. Os custos dos produtos vendidos aumentam em 8,31%, sendo os itens com maior peso no aumento, mão de obra, energia elétrica e tratamento de efluentes.

Governança Corporativa: O Conselho de Administração, juntamente com a Diretoria e o Conselho Fiscal da Companhia visam dirimir, executar e fiscalizar todos os fatos e ações que ocorrem no exercício de suas funções objetivando transformar o atual método de administração em modelo de gestão mais eficiente que melhore o processo decisório da Companhia.

Perspectivas: Com um cenário cauteloso, nosso objetivo para 2010 é manter a estratégia mercadológica focada no cliente, visando o crescimento de nossa receita operacional através de produtos com alto valor agregado e serviços prestados nos segmentos de tinturaria, estamparia e fiação. Além de aquisição de bases de terceiros e com valor agregado dentro da empresa, abreviando o processo produtivo com menor custo. Continuará na busca de recursos para suprir financeiramente com custo compatível e de longo prazo.

Balço Social: A Companhia contribui socialmente de forma bastante expressiva para a valorização social dentro do Município, do Estado e na própria União, em função dos impostos, contribuições sociais, encargos trabalhistas e, principalmente, pelos salários e benefícios gerados aos seus funcionários, dependentes e a comunidade em geral contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de todos. Resumimos a seguir alguns aspectos que demonstram a importância social da Schlösser (valores expressos em Milhares de Reais):

| 1. Base de Cálculo | | 2. Indicadores Sociais Externos | |
|-----------------------|--------|---------------------------------|-------|
| | Valor | | Valor |
| Receita líquida (RL) | 45.417 | Impostos Federais | 6.243 |
| Resultado Operacional | 29.192 | Impostos Estaduais | 2.749 |
| Folha Pagto.Bruta | 17.417 | Impostos Municipais | 99 |

| 3. Indicadores do Corpo Funcional | | 4. Indicadores Sociais | |
|-----------------------------------|------------|---------------------------|-------|
| | Quantidade | Internos | Valor |
| Func. final período | 607 | Enc. Sociais Compulsórios | 4.505 |
| Mulheres | 125 | - Capacitação Profis. | 14 |

| 3. Indicadores do Corpo Funcional | | 4. Indicadores Sociais | |
|-----------------------------------|------------|-------------------------|-------|
| | Quantidade | Internos | Valor |
| Homens | 482 | - Alimentação | 287 |
| Func.com 1º Grau | 333 | - Transportes | 155 |
| Func.com 2º Grau | 218 | - Seguro de Vida | 12 |
| Func.com curso Super. | 56 | - Auxílio Creche | 12 |
| Estagiários | 7 | - Subsídio Esposa | 270 |
| Terceiros | 20 | - Saúde/Med e Exames | 114 |
| Negros/Pardo | 34 | - Educação | 39 |
| | | - Gratificação Jubileu | 12 |
| | | - Adicional Compensável | 337 |

6. Outras Informações
6.1. Treinamento

| | Quantidade | 6.2. Outros Indicadores | |
|-----------------------|------------|-------------------------|------------|
| | | | Quantidade |
| Investimento em Horas | 5.401 | Refeições por turno | 120.761 |
| Nº Func. Treinados | 394 | Sócios da AAS | 541 |
| Nº Cursos Realizados | 44 | Acidentes de Trabalho | 59 |

No que se refere ao meio ambiente, a Companhia sempre se preocupou em manter o equilíbrio adequado entre a ecologia e as suas operações, buscando para todo o contexto operacional medidas menos agressivas à natureza, envolvendo sempre que possível a todos os colaboradores. • A Companhia manteve o contrato de prestação de serviços com a RioVivo Engenharia Ambiental Ltda., empresa que é responsável pelo tratamento de 100% de seus efluentes; • Possui caldeiras a lenha para geração de calor em substituição ao óleo. O óleo é um produto com alto teor de poluição e maior custo; • A Companhia iniciou em 2008 um reflorestamento em terras próprias, objetivando produzir matéria-prima para suprir a demanda necessária das caldeiras.

Agradecimentos: A administração da Schlösser renova os agradecimentos a seus acionistas, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e colaboradores pela confiança mais uma vez depositados na Companhia e que nos estimula nesta caminhada.

Brusque, 12 de março de 2010

A Administração

| Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de | | | |
|--|-------|-----------------|------------------|
| (Valores expressos em Milhares de Reais) | | | |
| Ativo | Notas | 2009 | 2008 |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 263 | 1.099 |
| Clientes | 5 | 839 | 1.045 |
| Estoques | 6 | 5.548 | 7.067 |
| Impostos a recuperar | 7 | 339 | 123 |
| Outras contas a receber | | 142 | 134 |
| Despesas antecipadas | | 960 | 800 |
| Total do Ativo Circulante | | 8.091 | 10.268 |
| Não Circulante | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Impostos a recuperar | 7 | 5.913 | 389 |
| Investimentos temporários | 8 | 92 | 230 |
| Total do Realizável a Longo Prazo | | 6.005 | 619 |
| Investimentos | | | |
| | | 92 | 92 |
| Imobilizado | 9 | 11.312 | 10.983 |
| Total do Não Circulante | | 17.409 | 11.694 |
| Total do Ativo | | 25.500 | 21.962 |
| Passivo e Passivo a Descoberto | | | |
| Circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 14.063 | 18.181 |
| Fornecedores | 10 | 6.993 | 5.271 |
| Salários e encargos sociais | 12 | 4.946 | 42.322 |
| Obrigações tributárias | 13 | 8.466 | 5.150 |
| Provisão para contingências | 15 | 210 | 1.881 |
| Tributos parcelados | 14 | 1.704 | 2.880 |
| Outras contas a pagar | 16 | 4.165 | 2.707 |
| Total do Passivo Circulante | | 40.547 | 78.392 |
| Não Circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 47.863 | 40.193 |
| Obrigações tributárias | 13 | 7.707 | 8.884 |
| Provisão para contingências | 15 | 317 | 1.371 |
| Outras contas a pagar | 16 | 1.076 | - |
| Tributos parcelados | 14 | 23.853 | 11.166 |
| Total do Passivo Não Circulante | | 80.816 | 61.614 |
| Passivo a Descoberto | | | |
| Capital social | 17 | 20.389 | 20.389 |
| Prejuízos acumulados | | (116.252) | (138.433) |
| Total do Passivo a Descoberto | | (95.863) | (118.044) |
| Total do Passivo | | 25.500 | 21.962 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

| Demonstração do Resultado | | | |
|--|-------|-----------------|-----------------|
| dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de | | | |
| (Valores expressos em Milhares de Reais) | | | |
| | Notas | 2009 | 2008 |
| Receita de Vendas | | | |
| Mercado interno | | 58.224 | 58.159 |
| Mercado externo | | 194 | 193 |
| Receita Operacional Bruta | | 58.418 | 58.352 |
| Deduções da receita bruta: | | | |
| Impostos faturados, descontos e devoluções | | (13.000) | (12.951) |
| Receita Operacional Líquida | | 45.418 | 45.401 |
| Custo dos Produtos Vendidos | | (40.327) | (37.233) |
| Lucro Bruto | | 5.091 | 8.168 |
| Receitas (Despesas) Operacionais | | | |
| Com vendas | | (4.465) | (4.433) |
| Gerais e administrativas | 14.c | (14.534) | (6.317) |
| Honorários dos administradores | | (996) | (821) |
| Outras receitas operacionais | 22 | 58.358 | 1.496 |
| | | 38.363 | (10.075) |
| Lucro (Prejuízo) Operacional | | 43.454 | (1.907) |
| antes das (Despesas) Receitas Financeiras | | (22.272) | (18.177) |
| Despesas financeiras | | 999 | 483 |
| Resultado do Exercício antes do Imposto | | 22.181 | (19.601) |
| de Renda, Contribuição Social | | 22.181 | (19.601) |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | | 22.181 | (19.601) |
| Lucro (Prejuízo) do Exercício por Lote | | 23,11 | (20,42) |
| de Mil Ações - R\$ | | 23,11 | (20,42) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

| Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto | | | | |
|--|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 | | | | |
| (Valores expressos em Milhares de Reais) | | | | |
| | Reserva Prejuízos | | | |
| | Capital Social | de Rea- valiação | Acumu- lados | Total |
| Em 31 de dezembro de 2007 | 20.389 | 17.094 | (118.832) | (81.349) |
| Prejuízo do exercício | - | - | (19.601) | (19.601) |
| Estorno de reserva de reavaliação | - | (17.094) | - | (17.094) |
| Em 31 de dezembro de 2008 | 20.389 | - | (138.433) | (118.044) |
| Lucro do exercício | - | - | 22.181 | 22.181 |
| Em 31 de dezembro de 2009 | 20.389 | - | (116.252) | (95.863) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

| Demonstração do Valor Adicionado | | |
|--|-----------------|-----------------|
| do Exercício Findo em 31 de Dezembro de | | |
| (Valores expressos em Milhares de Reais) | | |
| | 2009 | 2008 |
| 1. Receitas | | |
| 1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 57.586 | 57.148 |
| 1.2. Outras receitas | 225 | 294 |
| 1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (reversão/constituição) | (201) | (530) |
| 2. Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS) | (41.775) | (40.925) |
| 2.1. Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos | (31.949) | (30.753) |
| 2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (9.826) | (10.172) |
| 3. Valor Adicionado Bruto (1-2) | 15.811 | 16.223 |
| 4. Depreciação, Amortização e Exaustão | (750) | (589) |
| 5. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 - 4) | 15.061 | 15.634 |
| 6. Valor Adicionado Recebido em Transferência | | |
| 6.1. Receitas financeiras | 996 | 480 |
| 6.2. Efeitos Parcelamentos Lei 11.941 e MP 470 | 45.245 | - |
| 6.3. Outras | 6 | 2.052 |
| 7. Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6) | 61.308 | 18.166 |
| 8. Distribuição do Valor Adicionado | | |
| 8.1. Pessoal | 14.455 | 13.084 |
| 8.1.1. Remuneração direta | 12.749 | 11.550 |
| 8.1.2. Benefícios | 515 | 462 |
| 8.1.3. FGTS | 1.191 | 1.072 |
| 8.2. Impostos, taxas e contribuições | 9.091 | 8.236 |
| 8.2.1. Federais | 6.243 | 5.815 |
| 8.2.2. Estaduais | 2.749 | 2.328 |
| 8.2.3. Municipais | 99 | 93 |
| 8.3. Remuneração de capitais de terceiros | 15.581 | 16.447 |
| 8.3.1. Juros | 15.569 | 16.436 |
| 8.3.2. Aluguéis | 12 | 11 |
| 8.4. Remuneração de capitais próprios | 22.181 | (19.601) |
| 8.4.1. Lucro Retidos/Prejuízos do Exercício | 22.181 | (19.601) |
| 9. Valor Adicionado Total Distribuído | 61.308 | 18.166 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

| Demonstração do Fluxo de Caixa | | | |
|---|--------------|-----------------|-----------------|
| para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de | | | |
| (Valores expressos em Milhares de Reais) | | | |
| | Notas | 2009 | 2008 |
| Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício | | 22.181 | (19.601) |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas: | | | |
| - Depreciações | 9.b | 750 | 589 |
| - Provisão para contingências | | (1.671) | 1.706 |
| - Provisão para devedores duvidosos | | 201 | 349 |
| - Variação monetária de longo prazo | | 1.193 | 5.515 |
| - Despesas de Juros e Empréstimos | | 8.404 | 6.788 |
| - Efeitos Parcelamentos Lei 11.941 e MP 470/09 | | (45.245) | - |
| Subtotal | | (14.187) | (4.654) |
| Variações de ativos operacionais | | | |
| (Aumento) Redução em contas a receber de clientes | | 5 | (283) |
| (Aumento) Redução em tributos a recuperar e outros | | (255) | 2.365 |
| (Aumento) Redução em estoques | | 1.520 | (1.911) |
| (Aumento) Redução em despesas do exercício seguinte | | (161) | (583) |
| | | 1.109 | (412) |
| Variações de passivos operacionais | | | |
| Aumento (Redução) em fornecedores | | 1.390 | 2.646 |
| Aumento (Redução) em salários e encargos sociais | | 2.111 | 1.177 |
| Aumento (Redução) em tributos e contribuições a pagar | | 9.046 | (810) |
| Aumento (Redução) em financiamentos fornecedores | | (4.040) | 2.353 |
| Aumento (Redução) de outros passivos | | 642 | 334 |
| | | 9.149 | 5.700 |
| Caixa Proveniente das Operações | | (3.929) | 634 |
| Recebimento de indenizações de seguro | | 31 | - |
| Pagamento de Juros | | (7.039) | (5.671) |
| Caixa Líquido (Utilizado) das Atividades Operacionais | | (10.937) | (5.037) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos | | | |
| Aquisições líquidas de bens do imobilizado | | (1.078) | (121) |
| Aquisições de investimentos | | - | (2) |
| (Aumento) Redução do realizável a longo prazo | | (3.314) | (41) |
| Caixa Líquido (Utilizado) das Atividades de Investimentos | | (4.392) | (164) |
| Fluxo de Caixa Gerado das Atividades de Financiamentos | | | |
| Recebido por Empréstimos | | 67.279 | 46.400 |
| Pagamento de Empréstimos | | (68.295) | (45.864) |
| Adição do Exigível a Longo Prazo | | 15.509 | 5.429 |
| Caixa Líquido (Utilizado) das Atividades de Financiamentos | | 14.493 | 5.965 |
| Aumento (Diminuição) das Disponibilidades | | (836) | 764 |
| Saldo - Início do Exercício | | 1.099 | 335 |
| Saldo - Fim do Exercício | | 263 | 1.099 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
 (Valores expressos em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia tem como atividade principal a produção e comercialização de produtos têxteis, desenvolvendo os processos de fiação, tecelagem, tinturaria, estamparia e acabamento. A produção está direcionada, principalmente, para a manufatura de tecidos planos diferenciados, fabricados com fibras naturais e artificiais, resultando uma linha de produtos com maior valor agregado, atendendo as exigências do mercado globalizado.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei das sociedades por ações - Lei 6.404/76, alterada parcialmente pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As referidas demonstrações contábeis tiveram seu encerramento autorizado pela administração em 11 de março de 2010. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são: **a) Investimentos temporários** - Estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base nas taxas pactua-

das junto às instituições financeiras; **b) Clientes** - Refere-se a duplicatas e faturas a receber, emitidas até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise de risco dos valores a receber, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos; **c) Estoques** - Foram avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sendo inferiores ao custo de reposição e aos valores líquidos de realização; **d) Investimentos não circulantes** - Estão registrados ao custo histórico de aquisição; **e) Imobilizado** - Estão avaliados ao custo de aquisição. As depreciações estão calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimadas dos mesmos. Em 31/12/2008 foi efetuado o estorno do saldo da reserva de reavaliação e dos tributos correspondentes. O grupo do imobilizado teve o seu valor recuperável testado e não há indicadores de perda de valor; **f) Empréstimos e financiamentos** - São registrados pelos valores originais de captação atualizados monetariamente pelos encargos contratualmente pactuados; **g) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios; **h) Ativo e passivo circulante e não circulante** - Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão ao seu valor provável de realização. Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis, após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis, são considerados como não circulantes; **i) Julgamento e uso de estimativas contábeis** - A preparação de demonstrações contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são: i.1) créditos de liquidação duvidosa, que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício conforme expectativa de perdas; i.2) passivos contingentes, que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia; **j) Instrumentos financeiros** - A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis; **k) Pronunciamentos contábeis emitidos** - Em 2009, foram emitidos diversos Pronunciamentos Contábeis, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram acolhidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e sua divulgação comparativa com 2009, nas mesmas bases. Os efeitos decorrentes da adoção das demonstrações financeiras de 2010, do balanço patrimonial de transição de 1º de janeiro de 2009 e das demonstrações financeiras do exercício comparativo de 2009, serão mensurados e registrados pela Companhia. A Administração está avaliando os possíveis impactos desses novos normativos, sendo que os principais pronunciamentos que poderão ter efeito em suas demonstrações financeiras são: CPC 16 - Estoques, CPC 26 - Apresentações das Demonstrações Contábeis, CPC 27 - Imobilizado, e CPC 37 - Adoção Inicial das IFRS's; **l) Provisão de imposto de renda e contribuição social a recuperar** - A Companhia não reconhece os

9. Imobilizado: Demonstrativo de custos de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido.

| a) Composição: | % de depreciação anual | 2009 | | 2008 | |
|-----------------------------|-------------------------------|------------------------|------------------------------|----------------|----------------|
| | | Custo Corrigido | Depreciação Acumulada | Líquido | Líquido |
| Terrenos | | 2.358 | - | 2.358 | 2.338 |
| Edifícios | 2% a 10% | 4.106 | (1.177) | 2.929 | 3.069 |
| Máquinas | 5% a 20% | 9.885 | (4.452) | 5.433 | 4.985 |
| Instalações | 7% a 25% | 1.558 | (1.220) | 338 | 381 |
| Móveis e utensílios | 10% | 1.057 | (1.001) | 56 | 43 |
| Veículos | 20% | 11 | (6) | 5 | 6 |
| Equipamentos de informática | 10% a 20% | 1.294 | (1.139) | 155 | 151 |
| Direito de uso | 20% | 220 | (210) | 10 | 10 |
| Florestas em Formação | | 28 | - | 28 | - |
| Total | | 20.517 | (9.205) | 11.312 | 10.983 |

| b) Movimentação do ativo imobilizado | Descrição das contas | Valor Líquido 2009 | | Depreciação do Período | | Valor Líquido 2008 | |
|---|-----------------------------|---------------------------|----------------|-------------------------------|---------------|---------------------------|--|
| | | Adições | Transf. | Baixa | 2008 | | |
| | Terrenos | 2.358 | 20 | | 2.338 | | |
| | Edifícios | 2.929 | | (140) | 3.069 | | |
| | Máquinas | 5.433 | 8 | (512) | 4.985 | | |
| | Instalações | 338 | | (43) | 381 | | |
| | Móveis e utensílios | 56 | 24 | (11) | 43 | | |
| | Veículos | 5 | | (1) | 6 | | |
| | Equipamentos de informática | 155 | 24 | (43) | 151 | | |
| | Direito de uso | 10 | | | 10 | | |
| | Construções em Andamento | | 36 | (36) | | | |
| | Instalações em Andamento | | 939 | (939) | | | |
| | Florestas em Formação | 28 | | | | | |
| Total | | 11.312 | 1.079 | 0 | 10.983 | | |

créditos desses tributos. Em 2009, com o advento da Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, foi feito a opção pelo refinanciamento de dívidas tributárias, com aproveitamento de créditos, cujos efeitos estão descritos na nota explicativa 22.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: A composição desta conta está representada por:

| Discriminação | 2009 | 2008 |
|---|-------------|--------------|
| Caixa e bancos | 261 | 318 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 2 | 781 |
| Total | 263 | 1.099 |

5. Clientes: A composição desta conta está representada por:

| Discriminação | 2009 | 2008 |
|---|-------------|--------------|
| Duplicatas e faturas a receber de clientes | 9.031 | 9.400 |
| Duplicatas descontadas | (6.626) | (6.990) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.566) | (1.365) |
| Total | 839 | 1.045 |

6. Estoques: Os estoques estão assim compostos em 31 de dezembro de:

| Discriminação | 2009 | 2008 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Produtos acabados | 2.615 | 2.024 |
| Produtos em elaboração | 1.633 | 3.159 |
| Matéria-prima | 597 | 807 |
| Peças e materiais de manutenção | 697 | 1.077 |
| Mercadoria p/Revenda | 6 | - |
| Total | 5.548 | 7.067 |

7. Tributos a Recuperar de Curto e Longo Prazo: Os tributos estão assim demonstrados em 31 de dezembro de:

| | 2009 | | 2008 | |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Curto | Longo | Curto | Longo |
| IPI | 149 | - | 101 | 27 |
| Crédito Prêmio IPI | - | 5.551 | - | - |
| ICMS | 162 | 362 | 22 | 362 |
| Refis | 23 | - | - | - |
| Outros | 5 | - | - | - |
| Total | 339 | 5.913 | 123 | 389 |

IPI - Refere-se a pedidos de ressarcimento do imposto sobre produtos industrializados relativo a valores pagos na aquisição de matéria-prima. O crédito reconhecido a Longo Prazo foi baixado em julho de 2009 com base no pronunciamento expedido pela Receita Federal que afirmou ser improcedente tal crédito; **Crédito Prêmio IPI** - Reversão do Crédito Prêmio IPI da 1ª Fase (12/79 a 03/81) que a Companhia havia compensado com Tributos Federais sendo que os mesmos foram glosados pela Receita Federal e encontrava-se em discussão nas esferas administrativa e judicial. A adesão à Medida Promissória nº 470/09, que trata da compensação indevida de tributos através do crédito prêmio IPI, embora elimine a discussão administrativa, não prejudica o andamento das ações judiciais para reconhecimento do direito ao crédito prêmio de IPI de exportações realizadas antes de outubro de 1990, já transitadas em julgado quanto ao mérito favorável à Companhia, encontrando-se em processo de liquidação de sentença; **ICMS - ICMS a Longo Prazo** refere-se a recolhimento indevido da correção monetária sobre os pagamentos dos parcelamentos anteriores a 2000, com decisão judicial transitada em julgado aguardando expedição do precatório; **Refis** - Valor das prestações pagas para adesão do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, aguardando a consolidação.

8. Investimentos Temporários: São representados por títulos de capitalização a serem mantidos até o seu vencimento e foram atualizados em observância ao regime de competência, com base na remuneração pactuada.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Valores expressos em Milhares de Reais)

10. Fornecedores: A composição do saldo está assim demonstrada em 31 de dezembro de:

| Discriminação | 2009 | | 2008 | |
|------------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Fornecedores nacionais | 5.943 | 3.893 | | |
| CELESC | 1.050 | 1.378 | | |
| Total | 6.993 | 5.271 | | |

A Companhia negociou seus débitos com a Celesc Distribuidora S.A., referente fatura de setembro e outubro de 2009, com uma entrada e o saldo em oito vezes.

11. Empréstimos e Financiamentos

| Tipo | Venci-mento | 2009 | | 2008 | | Garantias |
|------------------------------|-------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------------|
| | | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo | |
| Capital de Giro | | | | | | |
| Juros 15,38% a.a. | 12/08 | - | - | 25 | | Duplicatas |
| Juros 19,56% a.a. | 01/09 | - | - | 177 | | Duplicatas |
| Juros 36,07% a.a. | 12/10 | 758 | - | 878 | 293 | Avalista |
| Juros 25,78% a.a. | 01/10 | 326 | - | 329 | | Avalista |
| Juros 36,07% a.a. | 01/10 | 81 | - | 1643 | | Avalista |
| Juros 36,07% a.a. | 01/10 | 93 | - | 500 | | Duplicatas |
| Juros 29,84% a.a. | 09/09 | - | - | 854 | | Avalista |
| Juros 12,68% a.a. | 04/10 | 686 | - | 14 | | Duplicatas |
| Juros 37,67% a.a. | 07/11 | 685 | 324 | - | | Máquina/ Duplic. |
| Operacionais | | | | | | |
| CDI + 8,7% a.a. | 12/09 | 233 | - | 717 | | Avalista |
| FINPEP - TJLP + 6% a.a. (**) | 08/08 | 2.926 | - | 2.555 | | Hipoteca/ Penhor |
| RAET - INPC + 5% a.a. (*) | 09/04 | - | 19.130 | - | 17.084 | Penhor máquinas |
| 110% do CDI a.m. | 12/09 | - | - | 3.000 | 6.619 | Avalista |
| 150% do CDI a.m. | 12/12 | - | - | 3.073 | 4.809 | Avalista |
| SELIC + | | | | | | |
| INPC a.m. (***) | 12/10 | - | 10.246 | - | 9.375 | Avalista |
| Juros 49,36% a.a. | 02/12 | 4.971 | 396 | 3.259 | - | Avalista |
| 150% do CDI a.m. | 08/10 | 1.191 | - | - | - | Avalista |
| Juros 12,00% a.a. | 02/19 | 729 | 16.888 | - | - | Avalista |
| Imobilizado | | | | | | |
| Juros 6% a.a. | | | | | | |
| + VC | 05/12 | 1.207 | 879 | 875 | 2.013 | Máquinas |
| Juros 12% a.a. | | | | | | |
| + VC | 12/09 | 177 | - | 282 | | Máquinas |
| Total | | 14.063 | 47.863 | 18.181 | 40.193 | |

(*) A Companhia mantém em seu passivo um contrato de financiamento com a massa falida do Banco Nacional (RAET), sobre o qual está questionando judicialmente divergência de critério de atualização. Este montante está registrado conforme a planilha de atualização definida pelo perito contratado pela assessoria jurídica da Companhia. Em 16 de novembro de 2006 foi proferida a sentença considerando a ação procedente em parte para determinar a exclusão da capitalização de juros do saldo devedor, porém a Companhia interpôs embargo entendendo que a sentença não atende ao pedido da ação.

(**) A Companhia está questionando judicialmente divergência de critério de atualização do financiamento.

(***) Celesc Distribuição S.A., foi negociada através de termos de penhora, aguardando decisão judicial para ser baixado (Nota 15 - Contingência Ativas).

12. Salários e Encargos Sociais: O saldo desta conta está assim composto em 31 de dezembro de:

| Discriminação | 2009 | | 2008 | |
|------------------------------|--------------|---------------|-------------|-------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Salários | 652 | 575 | | |
| Provisão de férias | 1.766 | 1.444 | | |
| FGTS | 119 | 107 | | |
| INSS e Contribuição Sindical | 2.409 | 40.196 | | |
| Total | 4.946 | 42.322 | | |

INSS - Valor de INSS incluído no parcelamento da Lei 11.941 e da MP 470/09, conforme nota 14.

13. Obrigações Tributárias: As obrigações de natureza tributária estão assim compostas em 31 de dezembro de:

| Discriminação | 2009 | | 2008 | |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| ICMS | 7.995 | 7.707 | 2.746 | 8.788 |
| (-) PAG-Programa de Adimplência Geral | - | - | (345) | - |
| INSS | - | - | - | 96 |
| PIS | 33 | - | 396 | - |
| COFINS | 150 | - | 1.904 | - |
| IRRF | 91 | - | 398 | - |
| Outros | 197 | - | 51 | - |
| Total | 8.466 | 7.707 | 5.150 | 8.884 |

14. Tributos Parcelados: A composição do parcelamento está descrita a seguir:

| Entidade | 2009 | | 2008 | |
|------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| SRF | - | - | 2.880 | 11.166 |
| Senai - Refis | 24 | 338 | - | - |
| SRF/PGFN - Refis | 1.680 | 23.515 | - | - |
| Total | 1.704 | 23.853 | 2.880 | 11.166 |

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09. Os benefícios utilizados foram: a) Lei 11.941/09: - Reparcamento de saldo remanescente de parcelamentos anteriores; - Parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008; - Redução de multas e juros sem efeito tributário na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente; - Possibilidade de pagamento em até 180 meses; - Aproveitamento de prejuízos fiscais acumulados para liquidar multas e juros. b) Medida Provisória 470/09: - Pagamento de débitos decorrentes da utilização de crédito prêmio de IPI, que estavam em exigibilidade suspensa na Receita Federal; - Redução de multas e juros com efeito tributário na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social; - Aproveitamento de prejuízos fiscais acumulados para liquidar principal, multas e juros. Principais efeitos reconhecidos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram: a) Medida Provisória 470/09 - Reconhecimentos contábeis da desistência de processos administrativos, com isso, reconhecem no passivo um montante adicional de R\$ 12.971 mil, correspondente ao principal, multas e juros de tributos federais. O Benefício gerado foi de R\$ 13.070 mil. Utilizado R\$ 22.025 mil de prejuízos fiscais acumulados. b) Lei nº 11.941/09 - Gerou uma redução de R\$ 23.061, sendo, R\$ 12.263 referente a redução das multas e juros, R\$ 10.798 referente a utilização de prejuízos fiscais acumulados. c) Reconhecimento do montante de R\$ 8.045 mil de multa, em despesas gerais e administrativas, devido à desistência de processos administrativos, em função da adesão na Medida Provisória nº 470/09 e Lei nº 11.941/09. O valor de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social, utilizado para liquidação dos débitos, monta em R\$ 32.823 mil. Em atendimento à instrução CVM nº 346/00, os montantes decorrentes de créditos tributários anteriormente não reconhecidos, porém utilizados no processo de parcelamento REFIS, estão também registrados na conta de Outras Receitas Operacionais, destacada no resultado do exercício, de forma a revelar a sua natureza não recorrente.

15. Provisão para Contingências: Contingências Passivas: A Companhia está sendo questionada em diversas ações, sendo que para aquelas que os assessores jurídicos consideram a possibilidade de perda como provável, e que ainda se encontra em trâmite nas esferas judiciais, foram constituídas as respectivas provisões. Com base na análise individual dos processos jurídicos para as questões com chances de perda remota não foi constituída provisão. Os processos trabalhistas referem-se basicamente a reclamações envolvendo ações de representações comerciais, diferenças de salários, estabilidade sindical, acidente de trabalho e diferença de INSS sobre indenizações trabalhistas julgadas. A redução da provisão trabalhista baseia-se no fato de que alguns processos tiveram sentença de liquidação declarada. O valor acordados em juízos, com parcelamentos foram transferidos para Outras Contas a Pagar, perfazendo no final do exercício um saldo de R\$ 2.224 mil, sendo R\$ 1.148 mil a curto prazo e R\$ 1.076 mil no longo prazo.

| Discriminação | 2009 | | 2008 | |
|---------------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Trabalhistas | 210 | 491 | 1.881 | 1.616 |
| Depósitos Judiciais | - | (174) | - | (245) |
| Tributárias | - | - | - | - |
| Total | 210 | 317 | 1.881 | 1.371 |

Contingências Ativas: Crédito Prêmio do IPI (período de 1985 a 1990) - A Companhia tem este crédito tributário decorrente das exportações realizadas no período, conforme autoriza o Decreto-Lei nº 491. Este processo está tramitando na Vara federal de Brasília. A Companhia obteve ganho de causa na 1ª e 2ª instância. O Supremo Tribunal Federal julgou procedente o Crédito Prêmio de IPI até outubro de 1990. Desta forma, a Companhia aguarda a decisão final como favorável, bem como a definição do valor monetário dos créditos. **Empréstimo Compulsório da Eletrobrás** - Refere-se à correção monetária dos valores a receber da Eletrobrás através de Unidades Padrão (UP), incidente sobre Empréstimos compulsórios pagos no período de janeiro de 1977 a janeiro de 1994. A metodologia empregada na atualização das UP's gerou uma divergência na correção monetária e juros remuneratórios no montante de aproximadamente R\$ 21 (vinte e um) milhões, sendo que R\$ 10 (dez) milhões já foram negociados com débitos mantidos com a Celesc Distribuidora S.A., através de termos de penhora, restando um montante de R\$ 10 (dez) milhões para futuras negociações. Entretanto, a Companhia está no aguardo de decisão judicial para o reconhecimento do crédito e também para fazer a baixa definitiva dos débitos junto a Celesc Distribuidora dos autos dos termos de penhora.

16. Outras Contas a Pagar: As obrigações de natureza tributária estão assim compostas em 31 de dezembro de:

| Discriminação | 2009 | | 2008 | |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Acordos Trabalhistas/Cíveis | 1.148 | 1.076 | - | - |
| Credores diversos | 2.072 | - | 1.499 | - |
| Comissões a pagar | 554 | - | 321 | - |
| Cliente cta adiant. | 188 | - | 188 | - |
| Outras contas | 203 | - | 699 | - |
| Total | 4.165 | 1.076 | 2.707 | - |

17. Passivo a Descoberto: Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2009 apresenta a seguinte composição de ações, todas sem valor nominal: 480 mil ações ordinárias e 480 mil ações preferenciais, totalizando 960 mil ações, sem valor nominal.

18. Instrumentos Financeiros: Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia mantém apenas instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, clientes, caixa e equivalentes de caixa, investimentos temporários e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como outras dívidas, relacionadas com fornecedores, tributos, salários e encargos, outras contas a pagar e provisões. São reconhecidos pelo custo da transação ajustados para o valor justo, com efeitos no resultado e no patrimônio líquido.

19. Equacionamento Financeiro e Operacional: A Administração da Companhia, continua dedicando especial atenção para a sua recuperação, perenidade e sustentabilidade, empenhada na busca de um equacionamento para a reversão da situação de prejuízos e insuficiência de capital de giro, através de medidas de relacionamento com seus colaboradores internos e externos, inovações tecnológicas, alavancagem de resultados e otimização de gastos de caráter operacional, comercial e financeiro, através de: **a)** Concentração de esforços no sentido de desenvolvimento e venda de produtos com maior valor agregado, e que possibilitem melhores margens de lucratividade; **b)** Desenvolvimento de novos clientes no mercado nacional e internacional, objetivando o incremento no volume de vendas; **c)** Investimentos visando a redução dos custos de produção e aumento da produtividade; **d)** Aumento expressivo da força de vendas, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.

20. Cobertura de Seguros: Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura de seguros mantida pela Companhia, considerando a natureza e grau de risco relacionado com seus ativos, era considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros. O valor das coberturas é de R\$ 45.512 mil, e o prêmio de seguro referente às apólices contratadas montou em R\$ 88 mil.

21. Capacidade Ociosa: A Companhia operou praticamente em todo o ano com sua capacidade plena. O crescimento no volume produzido foi de 1,41%.

22. Outras Receitas Operacionais: A Companhia contabilizou no resultado, como Outras Receitas Operacionais o montante líquido de R\$ 58.359 mil, sendo R\$ 32.824 mil correspondente a utilização dos prejuízos fiscais e CSSL acumulados e R\$ 25.334 mil referente redução de juros e multas na adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09.

Brusque (SC), 12 de março de 2010

Diretoria

Dorly Schlösser
Presidente

João Beckhauser
Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Evandro Luis Medeiros
Diretor Executivo

Nilson José Boing
Diretor Executivo

Mauricio Graf
Contador CRC/SC nº 16.091/O-3

Conselho de Administração

Anilton Zanon

Gustavo M. Schlösser

Dina Marilza Claro

Marcus Schlösser

Euclides da Silva Júnior

Paula F. V. de Andrade

Conselho Fiscal

Antonio C. Bonini Santos Pinto

Maro Marcos Hadlich Filho

Leandro Gelatti

Sérgio Kochen

José Jacob Anker

Parecer dos Auditores Independentes

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Companhia Industrial Schlösser S.A.
Brusque - SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Companhia Industrial Schlösser S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e compreenderam: **(a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; **(b)** a

constatação, com base em testes, nas evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e **(c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Industrial Schlösser S.A.**, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu passivo a descoberto, os fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, conforme as práticas contábeis mencionadas na nota explicativa 3. A existência de prejuízos

operacionais ocorridos nos últimos exercícios levou os gestores a empreender planos de medidas operacionais e administrativas, conforme mencionado na nota explicativa nº 19. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos, que poderiam ser requeridos no caso de insucesso desses planos administrativos.

Blumenau, 15 de março de 2010



ACTUS Auditores Independentes S/S
CRC-SC nº 001.059/O-7

Oldoni Pedro Floriani
Sócio Responsável
Contador
CRC-SC nº 006.284/O-6